

BLOCOS

Em favor do entendimento, uma nova divisão.

Já existem nove blocos atuando na Constituinte. O mais novo autodenomina-se "de esquerda".

Mais um bloco foi formalizado para atuar na Constituinte em favor do entendimento, ressalvados os temas reconhecidamente polêmicos, que deverão ser votados em plenário. Trata-se do "grupo de esquerda", que deverá se somar ao "grupo centro democrático" e ao "unidade democrática" (segundo o deputado Amaral Neto é "grupo antiesquerdistas") na rotina de reuniões e poucas definições práticas. Ao ser perguntado sobre o assunto, o presidente Sarney disse estar "muito satisfeito" com os entendimentos para formação do bloco suprapartidário na Constituinte de apoio ao governo federal, segundo explicou ontem ao deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), que foi recebido em audiência.

De qualquer forma, já são nove os blocos que vêm atuando na Constituinte, alguns mais voltados para a elaboração de projetos de Constituição, outros mais dedicados à política partidária.

Esquerda — grupo de 20 parlamentares do PT, PDT, PCB, e PC do B que funcionará como uma espécie de sublegenda de consenso, liderado pelo deputado Euclides Scalco. Admite que atuará ideologicamente.

Antiesquerda — este bloco é também chamado de "unidade democrática" e de "antiestatizante", e atua ideologicamente — rejeitando os extremismos — em discussões sobre temas que constarão do projeto de Constituição. Reúne parlamentares do PMDB, do PL, do PDS, e do PTB.

Consenso — grupo de parlamentares de vários partidos que analisam apenas os temas polêmicos do projeto de Constituição, para entregar emendas de consenso ao relator Bernardo Cabral.

Suprapartidário — grupo também chamado dos 32, liderado pelo senador José Richa, que reúne parlamentares de vários partidos para enxugar o miolo do projeto de Constituição, deixando de lado os temas polêmicos e as disposições transitórias.

Centro-democrático — formado por parlamentares da ala moderada do PMDB, reúne coordenadores de bancada do partido, como o deputado Marcus Lima.

Progressistas — reúne a ala mais à esquerda do PMDB e alguns deles se compõem como grupo esquerda, para a discussão dos temas da Constituição. Identifica-se mais com o líder Mário Covas do que com Ulysses Guimarães.

PFL/moderno — grupo que se destaca no partido por divergir do líder José Lourenço e pregar distanciamento do governo, copondo às vezes com a ala esquerda do PMDB ou com o centro-democrático em temas a serem defendidas na Constituinte.

PMDB do Ulysses — também chamado de grupo do "poire" (uma espécie de aguardente de pêra) reúne parlamentares, ministros e alguns governadores do PMDB, fiéis à liderança do presidente do partido.

Bloco do governo — liderado por Carlos Sant'Anna, esse bloco reúne parlamentares dos diferentes partidos e dos diferentes grupos, dependendo da negociação do momento. É também chamado de "grupo do Diário Oficial", onde são publicadas nomeações e concessões de emissoras de rádio no Interior.

Rejeição

Mesmo que pretenda o entendimento, o grupo "centro-democrático" do PMDB rejeitou a proposta do deputado Jorge Vianna de incorporação ao grupo "unidade democrática" (que defende a liberdade de iniciativa para o desenvolvimento econômico), por entender que uma vinculação formal "confundiria o grupo com a direita".

A reforma agrária em debate. Sem brigas.

A sessão noturna foi tranquila. Houve até a apresentação de algumas propostas concretas.



Cabral e Arinos: na Sistematização.

Com a presença de pouco mais de 150 parlamentares e um número bem menor de populares nas galerias, o debate sobre a reforma agrária, ontem à noite na Assembléia Nacional Constituinte, transcorreu de forma ordenada, com a apresentação de algumas sugestões concretas. Mas a maioria dos oradores condenou o anteprojeto do relator Bernardo Cabral, "que inviabiliza a reforma agrária".

Bastante objetivo, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) disse que a reforma agrária é uma exigência social e não uma questão econômica. E depois de sustentar que as desigualdades no País são uma grande questão política, Severo Gomes sugeriu o tamanho das propriedades que não devem ser atingidas pela reforma: Norte, até 500 hectares (91% das propriedades da região); Nordeste, 200 hectares (80%); Centro-Oeste, 300 hectares (70%); Sudeste, 100 hectares (85%); e Sul, 100 hectares (94%).

Para o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, entretanto, esse é um ponto que deveria ser deixado para a lei ordinária estabelecer. Essa posição foi manifestada em documento lido pelo deputado Luís Freire (PMDB-PE), resultado de uma reunião, ontem, de Marcos Freire com o ex-ministro Nelson Ribeiro e o ex-presidente do Incra, José Gomes.

A carta dos ministros pede ainda a "caracterização da função social da propriedade", constante do Estatuto da Terra e do texto da Comissão de Sistematização; e sugere que seja aprovada a proposta do senador Severo Gomes, que vincula a imissão automática de posse da propriedade em nome do Incra ao decreto desapropriatório, assegurando assim ao proprietário o direito de recorrer ao Judiciário. Finalmente, os ministros pedem a manutenção do Imposto Territorial Rural como consta da atual Constituição.

O debate

O deputado Plínio de Arruda Sampaio, primeiro orador da noite, disse que seu partido (PT) deverá apresentar uma proposta de emenda constitucional para viabilizar a reforma agrária e afirmou que o partido está disposto a entrar em acordo com as demais correntes partidárias, desde que não sejam alterados "pontos inegociáveis", como a imissão imediata de posse, defendida também pelo ministro Marcos Freire.

O deputado José Dutra (PMDB-AM) citou cifras: se todos os grandes latifúndios brasileiros fossem reunidos totalizariam 145 milhões de hectares, área suficiente para abrigar 10 milhões de sem-terrás. O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) condenou os discursos inflamados "que sempre mencionam sangue, assassinatos e outros tipos de violências, porque esses temas dão ibope". E foi vaiado pelas galerias.

Fraude: o deputado teve de pedir sindicância.

A bancada paraibana pressionou e o deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) não teve outra saída: pediu ontem mesmo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que abra uma sindicância para apurar as denúncias de que teria falsificado a assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena, para preenchimento de cargo público em seu Estado. Bem que Agassiz alegou "razões familiares" para não mexer mais com o assunto. Mas os parlamentares paraibanos não aceitaram: ou Agassiz solicitava o inquérito ou a bancada tomaria a iniciativa. Agassiz aceitou

o ultimato, embora negue que tenha cedido às pressões. E relatou que Ulysses vai criar ainda hoje uma comissão suprapartidária para cuidar do assunto. Mas os paraibanos querem mais. Ainda ontem, o deputado Paulo Delgado (PT-PB) encaminhou à Mesa da Constituinte um requerimento para que Ulysses informe a posição do colegiado sobre

pular com considerável número de subscrições.

Com 112 mil assinaturas, a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Telecomunicações e a Federação Nacional dos Jornalistas apresentaram emenda propondo a manutenção do monopólio estatal nos serviços públicos de telecomunicações, comunicação de dados, postal e telegráfica; e a criação do Conselho Nacional de Comunicações, composto por representantes do Estado e da sociedade civil, para conceder ou autorizar concessões de canais de rádio e tevê, definir tarifas e outros assuntos na área.

Ulysses também recebeu em seu gabinete propostas de criação do Estado de Tocantins, com 72.958 assinaturas, e outra prevendo a liberalização do sistema cooperativista brasileiro, com 44 mil subscrições.

Mediunidade reconhecida

E a Comissão de Sistematização deu parceria favorável ao recebimento de emenda popular proposta por 144 entidades e subscrita por 80.458 eleitores. A emenda, que ainda terá seu mérito discutido pela Comissão, prevê o direito de exercício e prática, desde que gratuitos, da mediunidade com objetivo assistencial e espiritual para o tratamento e cura de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas.

Também foi recebida pela Comissão de Sistematização proposta popular determinando que permaneça aberta por dispositivo constitucional a possibilidade de apresentação de emendas ao texto da carta, desde que subscritas por 30 mil eleitores.

Hoje, o departamento regional do Senai de São Paulo fará a entrega de uma emenda contra a estatização das entidades de formação profissional administradas pela indústria (Senai) e Comércio (Senac). A proposta tem 214 mil assinaturas, colhidas numa campanha de apenas dez dias em todo o Estado de São Paulo.

Críticas à Constituinte

O presidente do Conselho Federal de Economia, Luiz Ilgenfritz da Silva, esteve ontem no Congresso para levar as críticas da entidade à Constituinte, principalmente quanto à solução dada à reforma agrária (considerada um retrocesso) e à reforma urbana (omissa). Quanto à empresa nacional, o Conselho considerou os conceitos do anteprojeto muito reacionários, preferindo a definição dada na subcomissão que tratou do tema.

Já o presidente da Bayer do Brasil, Rolf Lochner, frisou em Porto Alegre que "é importante para o desenvolvimento do País não criar obstáculos desarrazoados contra o capital estrangeiro". Ele criticou a indefinição da Constituinte em relação ao tratamento a ser dado ao capital estrangeiro, à moratória e à indefinição política, que poderão fazer com que o Brasil perca chances de receber investimentos externos.



Parlamentarismo aumenta o clientelismo. Sarney é quem diz.

O Brasil não está preparado para o parlamentarismo, um regime que serviria apenas para alimentar a política de distribuição de cargos e favores. Esta é a opinião, segundo informou ontem o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), do presidente Sarney, que o recebeu em audiência no Palácio do Planalto. De acordo com o parlamentar, Sarney está preocupado com a possibilidade de a nova Constituição estabelecer o regime parlamentarista sem que o País disponha de infra-estrutura política e administrativa para isso.

O clientelismo, que tem suas raízes no presidencialismo brasileiro, na opinião do presidente da República, conforme relatado pelo deputado, encontraria um sistema próprio para expandir-se caso o parlamentarismo fosse aprovado. Os ministros não conseguiriam sustentar-se no poder sem realizar uma farta distribuição de cargos públicos para satisfazerem suas bases eleitorais.

Cássio Cunha Lima disse concordar com o presidente, que confessou ter-se desencantado com o parlamentarismo depois de conhecer, por dentro, "isso aí", numa referência ao poder. Sarney reiterou a defesa do presidencialismo com um Congresso Nacional forte, além dos cinco anos de mandato, contrariando o deputado, que é favorável à tese dos quatro anos.

Curiosamente, a argumentação do presidente Sarney contra o parlamentarismo coincide com a do PT, também favorável ao presidencialismo. Terça-feira, na primeira sessão noturna da Constituinte, em nome da liderança petista, o deputado José Genoino criticou a forma parlamentar de governo afirmando que a mesma contribuiria para agravar o fisiologismo na administração pública, transformando o governo num grande balcão de negócios.

Genoino, porém, não quis reconhecer afinidade entre seu partido e o presidente Sarney; afirmando ser o mesmo responsável pela implantação do fisiologismo no País, enquanto o PT defende o presidencialismo porque deseja eleições diretas em 88.

"Moça bonita"

Durante almoço a sós no Palácio da Alvorada com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, o presidente Sarney disse que o atual momento de transição não é propício ao parlamentarismo (conforme a tendência, até agora, dentro da Constituinte) por temer que tal regime seja confundido como uma solução para a crise conjuntural que o País atravessa. Cabral relatou, mais tarde, que concordou com o presidente.

Depois do relato feito por Cabral sobre o andamento dos trabalhos, o presidente fez votos para que sua tarefa se desenvolva bem. E ainda fez um gracejo: que consiga transformar o monstro, que é o atual projeto de Constituição, numa moça bonita, que representaria "uma Constituição nova, enxuta, densa e concentrada".